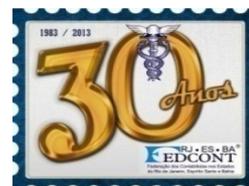




BOLETIM ANO III – Nº 144

Rio de Janeiro, 24 de Outubro de 2013



CONTADORES FEDERAIS REIVINDICAM VALORIZAÇÃO DA CARREIRA EM AUDIÊNCIA

Representante da Secretaria do Tesouro Nacional reconhece necessidade de avanços, mas ressalta que sistema nacional de prestação de contas é referência no mundo.

Antônio Araujo / Câmara dos Deputados



Izalci: desvalorização dos profissionais atrapalha transparência das contas públicas

Representantes do sistema de contabilidade da União reivindicaram, nesta quarta-feira (16), na Câmara, a criação de um novo órgão central para o setor e a adoção de medidas para valorização dos profissionais da carreira. De acordo com o presidente da Associação Nacional dos Contabilistas do Poder Executivo Federal (Ananconta), Francisco da Chaga Lima, sem isso “há riscos de descontinuidade operacional da contabilidade federal”.

Os contadores federais participaram de audiência pública na Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, realizada a pedido dos deputados Izalci (PSDB-DF) e Chico Lopes (PCdoB-CE). Para Izalci, que é contador, mais que uma demanda corporativista, o reconhecimento dos profissionais de contabilidade do governo representa a única forma de conseguir transparência nas contas públicas.

Pessoal

Na avaliação do deputado, é preciso reestruturar todo o Sistema de Contabilidade e de Custos federal para que os contadores possam exercer adequadamente suas funções, uma vez que não há pessoal suficiente e, devido à baixa remuneração, alta rotatividade nos cargos. Em

virtude de tudo isso, argumentou Izalci, “a maioria dos convênios” tem uma série de irregularidades que só são descobertas depois. “Se tivesse realmente um acompanhamento à medida que fosse executando, teríamos evitado bilhões de desvios de recursos”, comentou.

De acordo com o diretor da 1ª Diretoria Técnica da Secretaria de Macroavaliação Governamental do Tribunal de Contas da União (TCU), Alessandro Caldeira, estudo realizado pelo tribunal sobre o setor apontou que mais de 50% dos órgãos da contabilidade contam com menos de três profissionais. Foi o próprio TCU que apontou também “o risco para a continuidade” dos trabalhos por falta de pessoal, além de fragilidade das normas e inadequação das políticas de treinamento.

Atualmente, o órgão central da contabilidade no Executivo federal é a Secretaria do Tesouro Nacional, do Ministério da Fazenda. Na avaliação dos contadores, no entanto, o ideal seria a criação da Secretaria Federal de Contabilidade. Eles cobram ainda remuneração maior e independência dos profissionais.

Proposta

Os debatedores destacaram que a presidência da República chegou a elaborar o esboço de uma medida provisória para atender às recomendações do TCU e às reivindicações dos contadores, mas o Ministério do Planejamento rejeitou a proposta.

O presidente do Conselho Regional de Contabilidade, Adriano Marrocos, relatou, inclusive, que vão entregar uma sugestão de projeto sobre o tema ao presidente da Câmara, Henrique Eduardo Alves, que deverá repassá-lo ao governo. “Estamos cientes de que tem de vir do Executivo, porém foi o presidente quem pediu que trouxéssemos a proposta” afirmou Marrocos.

Referência

O subsecretário de Contabilidade Pública da Secretaria do Tesouro Nacional, Gilvan da Silva Dantas, concordou com a necessidade de avançar na divulgação de algumas informações, principalmente patrimonial.

Ele assegurou, no entanto, que o sistema de prestação de contas nacional “é referência no mundo”. “O sistema federal faz o controle dos três poderes e de uma infinidade de órgãos. Ele publica os dados todos os dias no Siafe [Sistema Integrado de Administração Financeira], isso é um milagre”, declarou.

Ainda segundo o subsecretário, embora não seja atribuição da Secretaria do Tesouro, o órgão tomou algumas medidas para fortalecer a carreira de contador. Ele citou como exemplo a criação de uma gratificação – no valor de R\$ 2,3 mil – concedida a quem atua efetivamente na contabilidade.

Reportagem – Maria Neves

Edição – Marcelo Oliveira

Fonte : Agência Câmara Notícias – 16.10.2013

SINDICATO DOS CONTABILISTAS DE NOVA FRIBURGO E FEDERAÇÃO PERDEM COMPANHEIRO

Faleceu no último dia 18 de outubro de 2013, na cidade de Nova Friburgo, Dilson da Silva, companheiro e ex-diretor presidente do sindicato dos contabilistas de Nova Friburgo, também ex-diretor da Federação dos Contabilistas nos Estados do RJ, ES e BA, por vários mandatos.

O sepultamento ocorreu no dia 19/10/2013 (sábado) no cemitério São João Batista - Friburgo.

Ao amigo, Diretor e companheiro nossas saudades.

Aos familiares e amigos nossas condolências

EUROPA CAMINHA PARA A POBREZA.

Muito interessante o recente relatório divulgado pela Federação Internacional das Sociedades da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho. Segundo o resultado dos muitos levantamentos realizados, está sendo registrada diminuição de pobreza a nível mundial, porém a Europa é exceção. “A pobreza está disseminada pela Europa. Dos 52 países incluídos no estudo, 34 registram taxas de dois dígitos na proporção de pessoas pobres”, destaca.

“Comparado com 2009, são mais milhões de pessoas enfrentando filas para obter comida, não conseguindo comprar medicamentos ou conseguir cuidados médicos. Milhões estão desempregados e muitos daqueles que ainda têm trabalho enfrentam dificuldades para sustentar a sua família devido aos salários insuficientes e ao aumento desmesurado dos preços”, acrescenta o relatório da Federação que diz ainda: “não só há mais pessoas estão caindo na pobreza, mas os pobres estão ficando mais pobres, e a sensação é de que a diferença entre ricos e pobres está crescendo”.

“A quantidade de pessoas que dependem das distribuições de comida da Cruz Vermelha (CV) em 22 dos países analisados aumentou 75% entre 2009 e 2012”, diz o documento que afirma que a CV presta também assistência “legal, financeira, material ou psicológica” a centenas de milhares de pessoas.

No estudo intitulado *Think differently: humanitarian impacts of the economic crisis in Europe*, a Federação adianta que “existem agora mais de 18 milhões de pessoas recebendo apoio alimentar financiado pela União Europeia, 43 milhões que não têm o suficiente para comer diariamente e 120 milhões de pessoas em risco de pobreza em países acompanhados pelo Eurostat [Gabinete de Estatísticas da União Europeia]”.

Na medida em que a crise se aprofunda, “milhões de europeus vivem com insegurança, sem certezas sobre o que o futuro lhes reserva. Este é um dos piores estados de espírito para um ser humano. Vemos o desespero silencioso se alastrando entre os europeus, que resulta em depressões, resignação e perda de esperança”, conclui o documento.

• **A crise também na Alemanha.** Os impactos da crise “não são limitados aos países devastados pela crise”, diz o relatório. Na Alemanha, um quarto dos trabalhadores recebe atualmente baixos salários. Quase metade das novas contratações é de trabalhos mal pagos, empregos precários, com pouca ou nenhuma proteção social. Em agosto de 2012, quase 600 mil trabalhadores alemães “tiveram que pedir benefícios adicionais para pagamento de dívidas”.

“A Europa enfrenta a sua pior crise humanitária das últimas seis décadas. As vidas das pessoas foram viradas do avesso e a degradação parece estar a aumentar, com milhões a sobreviverem dia a dia, sem poupanças ou algo que possa amortecer despesas imprevistas”, adiantou o secretário-geral da Federação Internacional das Sociedades da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho, Bekele Geleta.

• **Portugal anuncia cortes de salários e aumento nos impostos.** O novo projeto de Orçamento de Portugal, seguindo as exigências ditadas pela “troika”, inclui cortes no salário do funcionalismo público e aumento de impostos.

Segundo o documento português, que deverá ser debatido no Parlamento nas próximas semanas, os funcionários com um salário mensal superior a 600 euros sofrerão um corte de entre 2,5% e 12%, o que ajudará a diminuir as despesas e reduzir o déficit, como exige a “troika” (FMI, Banco Central Europeu e Comissão Europeia).

O texto entregue ao Parlamento propõe também uma série de medidas fiscais, entre as quais se inclui o aumento de impostos sobre o tabaco, uma maior taxa que penalize a compra de veículos por parte das empresas ou a alta da contribuição extraordinária que pagam os bancos por seu passivo, que passou de 0,05% a 0,07%.

• **França aprova reforma previdenciária.** A Assembleia Nacional da França aprovou na terça-feira (15) uma reforma no sistema previdenciário do país. Durante a votação, milhares de franceses saíram às ruas para protestar, mais uma vez, contra a medida, que ainda deve passar pelo crivo do Senado.

O plano estende o período de contribuição previdenciária de 41,5 para 43 anos até 2035, aumentando, assim, o tempo de trabalho exigido para empregados conseguirem se aposentar com salário cheio. Também está previsto que tanto empregados, quanto empregadores, paguem mais à previdência.

Contra as mudanças, sindicatos, movimentos sociais e partidos de esquerda organizaram protestos em Paris e outras cidades, como Marseille, Toulouse e Lyon.

A reforma tem como finalidade diminuir o déficit orçamentário francês, que, segundo a União Europeia, não pode seguir a tendência de crescimento e atingir 20 bilhões de euros em 2020. Segundo a Comissão Europeia, o órgão executivo do bloco, o sistema previdenciário francês não pode “sobrecarregar” empregadores – que pagam as taxas mais altas do continente.

• **O “1%” cada vez mais rico.** Muito esclarecedor o relatório divulgado pelo Credit Suisse Research Institute. Nele vamos descobrir que a riqueza global média chegou a um máximo de

51.600 dólares por adulto, mas, de fato, se divide de uma forma muito desigual. O relatório mostra que os 10% mais ricos da população mundial ficam com 86% de toda a riqueza! E, mais grave ainda, o chamado “1%” (mais ricos do planeta) ficam com 46% de toda a riqueza!

De acordo com o documento, a riqueza global chegou a um novo recorde: 241 trilhões de dólares! E a tendência é de que chegue a 334 trilhões até 2018.

- **Índice Global da Fome.** Pelo menos 56 países estão em uma situação “grave” ou “muito grave” por suas insuficiências alimentícias, como Eritréia, Burundi e Comores, segundo o Índice Global da Fome de 2013 apresentado nesta segunda-feira (14/10) em Berlim.

O Índice Mundial da Fome, que chega a sua oitava edição neste ano, é resultado de um trabalho elaborado em conjunto pelo IFPRI (Instituto Internacional de Investigação sobre Políticas Alimentares, na sigla em inglês) dos Estados Unidos e as ONG Concern Worldwide e Welthungerhilfe, da Irlanda e da Alemanha, respectivamente.

Depois de Eritréia, Burundi e Comores, em situação extrema, a lista dos 16 países com problemas “muito graves” inclui Timor Leste, Sudão, Chade, Iêmen, Etiópia, Madagascar, Zâmbia, Haiti, República Centro-Africana, Serra Leoa, Burkina Fasso, Moçambique, Índia, Tanzânia, República do Congo e Níger.

Para a realização do relatório, três parâmetros foram levados em consideração: a porcentagem de pessoas subalimentadas, a porcentagem de crianças abaixo dos cinco anos que sofrem carências alimentícias e a taxa de mortalidade infantil também abaixo dos cinco anos.

- **Mais de 29 milhões de pessoas são escravizadas no mundo.** Mais de 29 milhões de pessoas estão sendo escravizadas atualmente em todo do mundo. Essa foi a conclusão do estudo “Índice de Escravidão Global” 2013, a primeira pesquisa realizada para medir a extensão do fenômeno nos tempos modernos. Divulgada na quinta-feira (17), ela tem como base a investigação individual de 162 países.

A estimativa mostra um cenário muito mais negativo que relatórios anteriores dos EUA e da OIT (Organização Internacional do Trabalho), que, respectivamente, contabilizaram 27 e 21 milhões de pessoas em situação de escravidão.

A pesquisa classificou os países em um ranking global de escravidão, no qual os primeiros colocados são os com maior incidência de escravos. O principal fator considerado foi a presença de trabalho forçado na população, mas os pesquisadores também levaram em conta o número de casos de casamento infantil e de tráfico de pessoas nesses locais. *(Matéria completa em Opera Mundi)*

- **A corrupção na União Europeia.** Segundo um relatório da Comissão de Combate a Organizações Criminosas, Corrupção e Lavagem de Dinheiro que será votado entre 21 e 24 de outubro no Parlamento Europeu, os países da União Europeia (UE) perdem cerca de 120 bilhões de euros ao ano devido à corrupção. O valor representa aproximadamente 1% do PIB conjunto de todos os países membros do bloco e 80% do orçamento disponível para a UE no ano de 2013.

Os maiores culpados pela corrupção, segundo o relatório, são as organizações criminosas internacionais, que veem a inexistência de fronteiras internas da UE como uma oportunidade de negócio. Um relatório da Europol de 2013 estima que cerca de 3,6 mil organizações criminosas atuem dentro do território europeu. De acordo com as contas da comissão, estas organizações são responsáveis pela perda de 670 bilhões de euros anuais por parte das empresas da região. E ainda fomentam um mercado de armas ilegais que chega a atingir 10 milhões de unidades.

Fonte: Informativo semanal - Organizado por Ernesto Germano Nº 519 – 20 de Outubro de 2013.

”NO CONTRAFLUXO DO NEOLIBERALISMO, AMÉRICA LATINA É ESPERANÇA”

Por Marco Weissheimer, no Sul21

Ouvir o ex-editor da New Left Review, uma das principais publicações da esquerda mundial, é um privilégio e um bálsamo para o pensamento. Esqueça os malabarismos dialéticos, os truques retóricos, as frases de feito, os chavões ditos com aura de indignação. O que o professor de História e Sociologia na Universidade da Califórnia tem a oferecer é uma análise acurada e rigorosa sobre um largo período histórico, tentando identificar tendências e fatos que nos ajudem a pensar o presente.

Perry Anderson partiu de uma sugestão básica: a coisa mais próxima do sistema internacional de estados que vemos no início do século 21 é a ordem política estabelecida na Europa, na primeira metade do século 19, com o Congresso de Viena, conferência entre embaixadores das grandes potências europeias de então, realizada entre 1814 e 1815, com o objetivo de redesenhar o mapa político do continente após a derrota de Napoleão. Essa conferência, assinalou o historiador, resultou em um novo concerto político entre as nações europeias que se estendeu até por volta de 1853, quando eclodiu a Guerra da Crimeia. Esse concerto instituiu uma frente política entre as cinco grandes potências da época – Inglaterra, Rússia, Prússia, Áustria e França – cujos objetivos principais eram evitar o surgimento de levantes revolucionários e de novas guerras no território europeu.

Os governos dessas potências formaram uma pentarquia com o objetivo de preservar a paz no continente e, é claro, defender seus interesses políticos e econômicos. Assim como ocorre em nossos dias, como nos casos do Iraque e do Afeganistão, os integrantes da pentarquia do Congresso de Viena enfrentaram tentativas de sublevações no território europeu. Essas tentativas vieram, indicou Perry Anderson, e foram reprimidas na Itália, na Espanha e na Hungria, por tropas da Áustria, da França e da Rússia, respectivamente. Estabeleceu-se uma forma de equilíbrio, uma coordenação estabilizadora, que a Europa até então não conhecia. Durante cerca de quarenta anos, até a Guerra da Crimeia, não houve qualquer guerra importante na Europa e nenhuma sublevação.

Esse período costuma ser apontado por historiadores como um avanço civilizatório, assinalou ainda Perry Anderson. Desde o Renascimento a Europa não conheceu um período de paz tão prolongado. Os países que compunham a pentarquia tinham, é certo, importantes diferenças

entre si. A Rússia czarista estava numa categoria a parte, pois ainda era uma monarquia feudal. A Grã-Bretanha, por sua vez, era a única potência capitalista avançada. Esses dois países eram as duas potências militares da época: a Grã-Bretanha possuindo o maior poder naval, e a Rússia o maior poder terrestre. Esses dois poderes hegemônicos, destacou o historiador, expandiram seus impérios, enquanto os demais disputaram franjas na periferia (a França, na Argélia e na Indochina, por exemplo, os Estados Unidos no México e outros países europeus na África, especialmente).

O que vai acabar destruindo a paz de Viena são conflitos na periferia desses impérios, como ocorreu com o barril de pólvora dos Balcãs que detonou a Primeira Grande Guerra Mundial. A partir daí, instala-se um período de anarquia competitiva entre as grandes potências que resultará em duas sangrentas guerras mundiais, como se sabe. Depois, entre 1945 e 1989, o sistema político internacional será regido pela Guerra Fria, com dois blocos opostos disputando influência no mundo. Esse período chegará ao fim em 1991, com a desapareção da União Soviética. Hoje, destacou Perry Anderson, vivemos outra metamorfose do sistema político internacional com o surgimento de uma espécie de nova pentarquia, constituída por Estados Unidos, União Europeia, Rússia China e Índia. O historiador apontou as particularidades desses novos candidatos a donos do mundo:

A União Europeia comanda o maior PIB do planeta, mas segue sendo uma confederação incompleta de Estados. A Rússia, embora bem menor que a União Soviética, ainda possui a maior massa de terras do mundo e o segundo arsenal nuclear. A Índia, em breve, será o país mais populoso do mundo e também é uma potência nuclear. Os Estados Unidos são o maior poder econômico, financeiro, tecnológico e militar. E a China é um regime comunista que preside a economia mais dinâmica do pós-guerra.

Na avaliação de Perry Anderson, estamos vivendo um lento processo de cristalização de um consenso entre essas nações. Um consenso baseado em algo mais prosaico, do que ocorreu no Congresso de Viena, mas, por outro lado, mais complexo. O perigo maior não é a ameaça da guerra, mas sim a interdependência econômica que prende essas nações em um abraço mútuo. “As principais ameaças para a estabilidade vêm da possibilidade de desordem econômica. É por isso que algo equivalente ao que foi feito no Congresso de Viena, foi criado por meios dos fóruns do G4, G7 e G20”, observou o historiador.

O risco maior para a estabilidade política internacional hoje, enfatizou, é o estouro de crises financeiras como a que ocorreu em 2008. “O início do século 21 está muito distante do universo polarizado do pós-guerra. A globalização unificou os interesses objetivos subjacentes desses países e a legitimidade interna dessas grandes potências depende da manutenção do crescimento econômico. O temor comum de todas elas é o de um colapso desse crescimento”.

E a América Latina o que tem a ver com tudo isso? Perry Anderson estabeleceu um paralelo entre os movimentos de independência e de libertação colonial que ocorreram no continente latino-americano quando o sistema político europeu era regido pelo Congresso de Viena e o recente ciclo de governos progressistas na região que caminham na contramão da ortodoxia neoliberal que domina a economia mundial. Quando a contrarrevolução triunfou na Europa, com o Congresso de Viena, a América Latina viveu um momento de emancipação. Um dos fatores que contribuiu para isso, no âmbito da política europeia, foi o enfraquecimento da Espanha que era objeto de preocupação por parte da pentarquia. Em 1823, exemplificou o

historiador, uma revolução liberal na Espanha foi esmagada pela França. E será a Grã-Bretanha que ditará as condições e os termos da independência brasileira.

Com o colapso do sistema do Congresso de Viena, a América Latina ganhou espaço para respirar e se reavivar politicamente. A primeira grande revolução do século XX, lembrou Anderson, ocorreu no México. “Os Estados Unidos estavam muito preocupados com a Primeira Guerra Mundial e a situação de anarquia internacional”. Seguiram-se outros processos revolucionários em países como Nicarágua, El Salvador, Cuba, Bolívia, Chile, Peru e Venezuela, entre outros. Onda após onda, as revoltas populares marcaram a América Latina no século 20. No último quarto do século, houve uma guinada neoliberal em praticamente todo o continente. Pela primeira vez, destacou o historiador, o continente estava alinhado com a ideologia dominante do capitalismo global.

No século 21, isso mudará abruptamente com o surgimento de governos de esquerda e progressistas na Venezuela, Brasil, Argentina, Uruguai, Bolívia, Equador, Peru e Chile. “Raramente essas experiências se articulavam como ocorreu no início deste século”, apontou. Nenhuma dessas experiências é igual, reconheceu Perry Anderson, mas elas apresentam um fato comum. “Com todas as restrições e ressalvas necessárias, há um fato que é expressivo. O neoliberalismo segue aprofundando seu poder no mundo. Só na América do Sul a direção adotada tem sido a contrária, com maior ênfase no papel do Estado e no controle público e menos nas privatizações. Esse é um panorama similar ao que tivemos no século 19. Com as guerras no Iraque e no Afeganistão, os Estados Unidos deixaram a região um pouco de lado. A América Latina está no contrafluxo, sendo portadora de uma esperança que não existe em nenhum outro lugar do mundo hoje”.

E uma novidade importante desse processo, disse ainda Anderson, é que a maior nação do continente, o Brasil, não está na retaguarda como em 1820, mas sim na linha de frente. “O Brasil não faz parte da pentarquia (“por não ter armas nucleares e estar muito longe da Eurásia, entre outras razões”, mas em vez disso, oferece ao mundo um novo horizonte de reformas sociais”. Falando sobre o recente episódio da espionagem praticada pela Agência Nacional de Segurança dos EUA contra o governo e empresas do Brasil, Perry Anderson destacou a reação da presidenta Dilma Rousseff: “Foi o primeiro país latino-americano a cancelar uma viagem aos EUA, que costuma ser um tradicional exercício de humildade para os governos da região”. Tudo isso ainda é uma obra em andamento, concluiu, mas é “um processo no contrafluxo da ideologia mundial dominante que representa uma esperança para outros lugares do mundo”.

Fonte: Portal Vermelho16/10/2013

Filiado a:

